

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PROCESSO	DATA/HORA ABERTURA	
23119.000105/2011-06	04/03/2011	10:07:16

INTERESSADO: Instituto Benjamin Constant

RESUMO DO DOCUMENTO:
Processo de Tomada de Contas.

EXPRESSÃO-CHAVE: TOMADA

PROCEDÊNCIA: Instituto Benjamin Constant

PRIMEIRA MOVIMENTAÇÃO

ORIGEM
DSG/PROT

DESTINO
GABINETE

DATA
04/03/2011

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2010

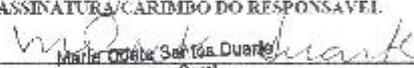
Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13, DN/TCU 57/2008)	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / Bx)
--	----------------------------------

1. UNIDADE	
I. Rol de responsáveis (art. 10 do DN/TCU 57/2008):	5
II. Relatório de Gestão	07
<ul style="list-style-type: none"> • Informações contábeis <ul style="list-style-type: none"> • Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada, atestando que os demonstrativos contábeis (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 1.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - LGR (válida apenas para as unidades gestoras não-ocorrentes), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresentou relatório de gestão 	64
III. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão (Anexo III do DN/TCU nº102/2009)	
<ul style="list-style-type: none"> • Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o objeto de apurar crimes de fraudes, fraudes ou em apêlo. 	66
<ul style="list-style-type: none"> • Auditorias planejadas e realizadas pelos órgãos de controle interno da própria entidade jurisdicionada, com as justificativas, se for o caso, quanto ao não cumprimento das metas previstas, e a indicação dos resultados e providências adotadas a partir desses trabalhos 	Não se aplica
<ul style="list-style-type: none"> • Parecer da Auditoria Interna 	Não se aplica

LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2011	 Maria Cibele Santos Duarte Diretora Geral

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

V. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VI. Certidão de auditoria emitida pelo órgão de controle interno competente	
VII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	

SITUAÇÃO

1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 13 do DN/TCU 57/2008 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII e X do DN/TCU 57/2008, estando em reunião de ser encaminhada ao TCU.

2 () Ausente(s) na Tomada de Contas ou(s) requerido(s) exigido(s) pela DN/TCU 57/2008 e pela DN/TCU 57/2008, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:

LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

3. ACESSOR ESPECIAL/SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

IX. Promotamente: ministerial ou da autoridade equivalente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
DIREÇÃO-GERAL



Rol de Responsáveis 2010

Natureza de Responsabilidade: Dirigente Máxima da Unidade Jurisdicionada

CPF: 600.817.247-72

Nome: Érica Deslandes Magno Oliveira

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria Ministerial nº 3657 de 19/12/2002, publicada em 20/12/2002 e Portaria de recondução nº 1997 de 20/12/2006

Publicação da Designação: 21/12/2006

Endereço Residencial: Rua Pernambuco 350 – Casa 101 – Engenho de Dentro – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20730-030

Endereço Eletrônico: erica@ibc.gov.br

Natureza de Responsabilidade: Substituta da Dirigente Máxima da Unidade Jurisdicionada

CPF: 486.655.337-53

Nome: Maria da Glória de Souza Almeida

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria Ministerial nº 02 de 07/01/2003

Publicação da Designação: 09/01/2003

Endereço Residencial: Rua Candido Gafree, 35 - Apto 102 – Urca – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22291-080

Endereço Eletrônico: gloriaalmeida@ibc.gov.br

Natureza de Responsabilidade: Diretor de Departamento de Planejamento e Administração

CPF: 221.187.567-04

Nome: Maria Odete Santos Duarte

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria Ministerial nº 3309 de 13/11/2003

Publicação da Designação: 14/11/2003

Endereço Residencial: Rua Atílio Correia Lima, 32/201 – Higienópolis – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 21051-450

Endereço Eletrônico: mariaodete@ibc.gov.br

Natureza de Responsabilidade: Substituto do Diretor de Departamento de Planejamento e Administração

CPF: 374.265.407-15

Nome: Augusto Ernesto de Mattos Baganha

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria IBC 80/1995

Publicação da Designação: 02/05/1995

Endereço Residencial: Rua Doutor Celestino, 210 – Apto 507 – Centro – Niterói – RJ
CEP: 24020-090

Natureza de Responsabilidade: Diretor de Departamento Técnico-Especializado

CPF: 005.517.527-93

Nome: Ana Lucia Oliveira da Silva

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria Ministerial nº 870 de 04/09/2007

Publicação da Designação: 05/09/2007

Endereço Residencial: Rua Correa Dutra, 99 – Apto 717 – Flamengo – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22210-050

Natureza de Responsabilidade: Substituta do Diretor de Departamento Técnico-Especializado

CPF: 810.885.077-00

Nome: Ana Claudia da Silva Carneiro

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 07/09/2010

Documento de Designação: Portaria 131

Publicação da Designação: 26/09/2008

Endereço Residencial: Rua Nuno Pereira, 475 – Guaratiba – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 23028-200

Natureza de Responsabilidade: Substituta do Diretor de Departamento Técnico-Especializado

CPF: 823.829.567-04

Nome: Ana Luisa Mello de Araujo

Indicação do período de gestão: 08/09/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria 140

Publicação da Designação: 08/09/2010

Endereço Residencial: Avenida Prefeito Dulcideo Cardoso, 1300 – Apto 406 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22620-311

Natureza de Responsabilidade: Diretor de Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação

CPF: 144.536.141-87

Nome: Marcia Lopes de Moraes Nabais

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria Ministerial nº 10 de 07/01/2003

Publicação da Designação: 09/01/2003

Endereço Residencial: Rua General Goes Monteiro, 08 – Bloco G – Apto 2102 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22290-080

Natureza de Responsabilidade: Substituto do Diretor de Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação

CPF: 504.450.147-68

Nome: Rogerio Neurauter

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria 185

Publicação da Designação: 18/07/2003

Endereço Residencial: Rua Ipiranga, 91 – Apto 403 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22231-120

Natureza de Responsabilidade: Diretor de Departamento de Educação

CPF: 680.882.307-30

Nome: Helena de Souza Ferreira

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria 08 de 07/01/2003

Publicação da Designação: 09/01/2003

Endereço Residencial: Rua Santo Afonso, 84 – Apto 203 – Tijuca – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20511-170

Natureza de Responsabilidade: Substituta do Diretor de Departamento de Educação

CPF: 009.081.417-77

Nome: Carla Maria de Souza

Indicação do período de gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Documento de Designação: Portaria 41

Publicação da Designação: 28/03/2007

Endereço Residencial: Avenida Engenheiro Richard, 178 – Apto 102 – Grajaú – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20561-090



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2010

Rio de Janeiro / 2011
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1 - IDENTIFICAÇÃO - RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2010

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 00244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Instituto Benjamin Constant				
Denominação abreviada: IBC				
Código SIORG: 00251		Código LOA 26105		Código SIAFI 152004
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público				
Principal Atividade: Educação Infantil – Creche – Ensino Especial / Ensino Fundamental Especial				
Telefones/Fax de contato:	(021) 3478-4442	(021) 3478-4440	(021) 3478-4438	Fax :(021) 3478-4440
Endereço eletrônico: dirgeral@ibc.gov.br				
Página da Internet: http://www.ibc.gov.br				
Endereço Postal: Avenida Pasteur, Nº 350/368 – Urca – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 22290-240				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
DECRETO IMPERIAL Nº 1428 DE 12 DE SETEMBRO DE 1854 COM DENOMINAÇÃO DADA PELO DECRETO Nº 1320 DE 24 DE JANEIRO DE 1891				
Finalidade da Unidade Jurisdicionada: educação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência da visão, a capacitação de recursos humanos nas áreas pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o Desenvolvimento de estudos e pesquisas, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, a instrumentalização para a integração social, a preparação da pessoa portadora de deficiência visual para o trabalho e a prevenção às causas da cegueira.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
PORTARIA Nº 325 DE 17 DE ABRIL DE 1998 – REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT				
Publicação no DOU do Regimento Interno: 22 DE ABRIL DE 1998				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
*****		*****		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
*****		*****		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão	
*****			*****	

2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A. Responsabilidades Institucionais da Unidade

I. Competência Institucional

II. Objetivos estratégicos

FINALIDADES ESSENCIAIS E COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO - OBJETIVO, CLIENTELA, MISSÃO E VISÃO

O *Instituto Benjamin Constant - IBC*, criado em 1854 com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, é hoje órgão específico singular da Administração Federal Direta, dotado de autonomia limitada, e Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, vinculado ao Ministério da Educação, subordinado administrativamente ao Ministro de Estado da Educação e, para fins de supervisão, à Secretaria de Educação Especial do MEC, tem por finalidades essenciais: educação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência da visão, a capacitação de recursos humanos nas áreas pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, a instrumentalização para a integração social, a preparação da pessoa portadora de deficiência visual para o trabalho e a prevenção às causas da cegueira.

Regimentalmente o Instituto Benjamin Constant, através dos parâmetros expressos na Portaria Ministerial nº 325, de 17 de abril de 1998, tem as seguintes competências:

I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área da deficiência visual;

II - promover a educação de deficientes visuais, mediante sua manutenção como órgão de educação fundamental, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas cegas e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico, da área da deficiência visual;

III - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual;

IV - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógicos, psicossocial, oftalmológico, de prevenção das causas da cegueira e de integração e reintegração à comunidade de pessoas cegas e de visão reduzida;

V - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas cegas e de visão reduzida;

VI - elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida;

VII - apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial - SEESP;

VIII - promover desenvolvimento pedagógico, visando o aprimoramento e a atualização de recursos instrucionais;

IX - desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional visando possibilitar, às pessoas cegas e de visão reduzida, o pleno exercício da cidadania;

X - atuar de forma permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando o resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida.

Estas competências, ditadas por seu regimento interno, estão em perfeita consonância com as necessidades atuais e sua vocação histórica, e, em síntese, tornam o Instituto Benjamin Constant uma força viva na formulação da política nacional de Educação Especial na área da deficiência visual no apoio técnico prestado em todas as unidades da Federação.

a) MISSÃO: Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa portadora de deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições para um efetivo pleno e igualitário exercício da cidadania

b) VISÃO: Exercer e ampliar suas finalidades enquanto Centro de Referência Nacional nas questões vinculadas à deficiência visual, buscando atuar cada vez mais na produção e difusão do conhecimento, na capacitação de recursos humanos e no apoio técnico prestado em âmbito nacional.

c) OBJETIVOS:

- Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas portadoras de deficiência visual.

- Buscar, através de campanhas institucionais, formação de recursos humanos, estudos e pesquisas, prevenção às causas da cegueira e atendimento ambulatorial e cirúrgico a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

d) PÚBLICO ALVO: Pessoas portadoras de deficiência visual; cegos e com visão reduzida, em âmbito nacional, professores e técnicos da área de todo o país e população do município e do estado do Rio de Janeiro.

B. Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais:

I. Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade

II. Análise do Plano de Ação referente ao Exercício

O plano de ação elaborado para o exercício de 2010 apoiou-se primordialmente em:

- Atingimento das metas físicas e financeiras dos nossos programas;

- Empenho junto aos Órgãos competentes na autorização de concurso público para o preenchimento e criação de cargos;

- Busca do crescimento institucional através da ampliação de nossas competências regimentais;

- Incremento dos cursos de formação continuada de Professores na área da deficiência visual, nas modalidades presencial e a distância.

Para a consecução do sucesso das metas estabelecidas buscamos parcerias com instituições públicas e privadas.

Desde 2003 vimos anualmente solicitando abertura de concurso público para preenchimento e criação de cargos em substituição aos contratos de terceirização que não estão previstos na Legislação em vigor.

No ano de 2010 obtivemos a autorização de apenas 11 vagas: 05 vagas para docentes, 01 vaga para técnico-administrativo de nível superior, 02 vagas para servidores técnico-administrativos nível médio e 03 vagas para Assistente de alunos. As vagas de Assistente de Alunos até a presente data não foram preenchidas em virtude de estarmos aguardando a liberação pelo INES.

No ano de 2010, concluiu-se o estudo iniciado em 2009, da proposta um novo Regimento Interno do Instituto, que foi encaminhado à Secretaria de Educação Especial para análise e parecer. Este Regimento dará suporte a ampliação de algumas competências importantes para o crescimento deste Instituto.

Buscamos junto ao Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (ISERJ) a chancela para o primeiro curso de Pósgraduação Lato Sensu “O PROCESSO DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA CEGA OU COM BAIXA VISÃO – DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL”, apesar de termos desde 2008, um processo de credenciamento para curso dessa natureza tramitando na SESU.

O referido curso atenderá a enorme demanda para o atendimento da Educação Infantil e os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Encaminhamos no ano de 2009 à CAPES uma proposta da realização de um curso de Pósgraduação/Mestrado Profissional na Área da Educação Inclusiva. Estamos aguardando alteração do Decreto nº 6849/2009 que permitirá a ampliação das Competências do Instituto Benjamin Constant.

Incrementando a capacitação de Professores de todo o Brasil na área da deficiência visual, foi realizado mais um curso na modalidade a Distância – “Alfabetização no Sistema Braille”. Concluíram o referido curso 26 Professores de diferentes pontos do Brasil.

C. Programas sob a responsabilidade da Unidade

- I. Execução dos Programas de Governo e suas principais Ações
- II. Execução física das Ações realizadas
- III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

I - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1374		Denominação: Desenvolvimento da Educação Especial				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade.						
Objetivo Específico: Apoiar os sistemas de ensino para a organização de salas de recursos multifuncionais; Criar, implantar e implementar ações de apoio à estruturação do sistema educacional para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular e a oferta do atendimento educacional especializado complementar à escolarização, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; Promover a formação de professores dos sistemas de ensino, objetivando efetivar a implementação política de educação inclusiva, com vistas ao acesso e à permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular; Apoiar o desenvolvimento de cursos de educação profissional para a inclusão de alunos com deficiência, promovendo sua formação para o trabalho; Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa; Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar sua qualidade de vida.						
Gerente: Claudia Pereira Dutra				Responsável: Martha Tombesi Guedes		
Público Alvo: Alunos com necessidades educacionais especiais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
26.312.550,00	27.780.550,00	27.384.008,87	27.384.008,87	3.590.297,82	23.793.711,05	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
***	***	***	***	***	***	***
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não é responsabilidade do IBC						
Análise do Resultado Alcançado						
Não é responsabilidade do IBC						

Observação: O Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre os Programas Governamentais, somente nas Ações que estão apresentadas no decorrer do Relatório.

Ação 6318 – Funcionamento do Instituto Benjamin Constant

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Garantir a manutenção do Instituto Benjamin Constant objetivando o atendimento a alunos da estimulação precoce, educação infantil, Ensino Fundamental, reabilitação e profissionalização.
Descrição	Aquisição de material de consumo, material permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, efetuar investimentos em obras e instalações, pagamento de pessoal ativo, capacitação de servidores em geral, diárias e passagens, realização e participação em eventos e congressos.
Coordenador da ação no IBC	Pedro Muñoz Gómez

Ação 6135 – Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille

Tipo	Atividade
Finalidade	Atender os deficientes visuais em suas necessidades sócio-culturais com ênfase na área educacional objetivando o acesso a informação através de recursos específicos que contribuam para a integração social: livro falado, impressos no Sistema Braille e no sistema comum, ampliado, materiais didáticos pedagógicos adaptados à percepção tátil
Descrição	Incremento no parque gráfico, com modernização do maquinário de produção de clichês Braille, de corte, de encadernação e de impressão em larga escala. Aquisição de equipamentos e softwares na área da informática para impressos no sistema Braille e sistema comum ampliado e livro falado. Construção de estúdio de gravação para produção de livro falado. Mão de obra, manutenção de equipamento e material permanente.
Coordenador da ação no IBC	Pedro Muñoz Gómez

Ação 8243 – Produção e Disseminação do Conhecimento nas áreas da Surdez e da Deficiência Visual

Tipo	Atividade
Finalidade	Expandir o apoio e a orientação às instituições educacionais e sócio-culturais sobre métodos e técnicas específicas do processo educacional das pessoas com deficiência visual de modo a incentivar a pesquisa e promover a produção do conhecimento nas áreas da deficiência visual.
Descrição	Desenvolvimento de estudos, materiais didáticos, pesquisas, projetos educacionais e tecnológicos, na área de atendimento as pessoas cegas e de visão reduzida através da elaboração e produção de material didático pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida além de edição de periódicos e utilização de recursos de mídia virtual.
Coordenador da ação no IBC	Pedro Muñoz Gómez

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1067	Denominação: Gestão de Política da Educação
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.	
Objetivo Específico: Apoiar o funcionamento das secretarias finalísticas do MEC e contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das unidades do MEC na administração direta e indireta.	
Gerente: Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha	Responsável: Leo Kessel
Público Alvo: Governo	
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	Em R\$ 1,00

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
214.917,00	214.917,00	175.951,05	175.951,05	32.468,90	143.482,15	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
***	***	***	***	***	***	***
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não é responsabilidade do IBC						
Análise do Resultado Alcançado						
Não é responsabilidade do IBC						

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas a melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados a sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamentos de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição de cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Coordenador da ação no IBC	Pedro Muñoz Gómez

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.						
Objetivos Específicos: Criar condições para ampliação do acesso e permanência de estudantes na Educação Superior; Elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação; Reduzir as taxas de evasão; Revisar a estrutura acadêmica; Ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil; Articular graduação com pós-graduação.						
Gerente: Maria Paula Dallari Bucci			Responsável:			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
530.939,00	530.939,00	517.306,61	517.306,61	0,00	517.306,61	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
***	***	***	***	***	***	***
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não é responsabilidade do IBC						
Análise do Resultado Alcançado						
Não é responsabilidade do IBC						

Ação 4005 – Apoio a Residência Multiprofissional

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos profissionais da saúde recém formados, por meio de treinamento em serviços credenciados melhor qualificação nas várias especialidades médicas e suas áreas de atuação visando à melhoria no atendimento médico a população. O treinamento é feito em instituições de saúde universitárias ou não, sob a orientação de médicos de elevada qualificação ética e profissional.
Descrição	Verificação in loco das propostas de oferta de programas de residência e acompanhamento permanente dos já credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica do MEC. Os residentes atuarão em atendimento ambulatorial geral, especializado em exames complementares, cirurgias de grande e pequeno porte, estágios em programa de prevenção da cegueira em escolares e na comunidade em geral, atuando ainda em atividades teóricas seminários e casos clínicos.
Coordenador da ação no IBC	Pedro Muñoz Gómez

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Objetivos Específicos: Atender às áreas de manutenção de serviços administrativos, de pessoal e de transportes, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis e tecnologia da informação. Por meio deste Programa são cumpridas, no âmbito da CGGP, as ações que garantem os benefícios e a qualidade de vida aos servidores ativos e inativos.						
Gerente: Wesleyngton Luiz da Silva de Oliveira				Responsável:		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.186.484,00	1.604.592,00	1.141.058,58	1.141.058,58	0,00	1.141.058,58	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
***	***	***	***	***	***	***
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não é responsabilidade do IBC						
Análise do Resultado Alcançado						
Não é responsabilidade do IBC						

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para a manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico hospitalar e odontológicos aos servidores, funcionários ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Coordenador da ação	Pedro Muñoz Gómez

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 997 de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 997/93
Coordenador da ação	Pedro Muñoz Gómez

Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Possibilitar o deslocamento casa/trabalho e trabalho/casa dos servidores da Instituição.
Descrição	É realizado pagamento em folha aos servidores que optarem pelo auxílio, conforme o dispositivo legal correspondente.
Coordenador da ação	Pedro Muñoz Gómez

Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover alimentação no horário de trabalho aos servidores da Instituição
Descrição	É realizado pagamento em folha aos servidores, conforme dispositivo legal.
Coordenador da ação	Pedro Muñoz Gómez

II – Execução Física das Ações Realizadas

Programa: 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

Ação 6318 - Funcionamento do Instituto Benjamin Constant

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	367	1374	6318	A	4	Aluno matriculado	650	734	877

Especificação:

Estimulação Precoce (0 a 4 anos): 49
 Educação Infantil (4 a 6 anos e 11 Meses): 30
 Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano): 159
 Séries Finais do Ensino Fundamental (6ª ao 9ª Ano): 63
 Deficiente Visual com Múltipla Deficiência: 30
 Reabilitandos: 398
 Bolsistas: 05

O ano de 2010 foi um ano de muitas realizações e conquistas para o Instituto Benjamin Constant.

No decorrer do exercício essa Ação foi implementada dentro dos objetivos da Instituição, tendo alcançado o cumprimento das Metas estabelecidas, apesar da carência de recursos humanos, nos cargos de Professor, Assistente em Administração, Assistente de Alunos, Assistente Social, Cirurgião-Dentista, Fonoaudiólogo, Médico, Psicólogo, Psicopedagogo, Técnico em

Enfermagem, Técnico em Ortóptica, Técnico em Contabilidade, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Musicoterapeuta, Massoterapeuta, Arquiteto, Locutor, Bibliotecário, Revisor de Textos em Braille, Transcritor, Encadernador e Impressor.

Este cenário, ao longo dos anos, tem nos impedido de atender com maior amplitude nossa Missão Institucional. Há necessidade de termos servidores no quadro permanente desenvolvendo essas atividades que, em alguns casos, estão sendo realizadas através de terceirização ou contratos temporários, quando não temos em nosso quadro essas vagas.

O Instituto Benjamin Constant como Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, precisa, cada vez mais, atuar e apoiar os mais diversos estabelecimentos de Ensino, seja público ou privado, para a efetivação de uma inclusão de fato do aluno com deficiência visual de todo o País.

Este projeto busca também adequar o processo ensino-aprendizagem aos diferentes grupos que formam o alunado deste Instituto, já que atendemos alunos cegos, de baixa visão, com múltipla deficiência, com dificuldades de aprendizagem e surdo cegueira. Diante desta realidade que se apresenta, face à especificidade no Desenvolvimento cognitivo de nossos alunos no processo de ensino-aprendizagem, a Educação Infantil e o 1º Ano (antiga Classe de Alfabetização) oportunizam a permanência desse alunado por três anos a mais nesses segmentos, quando os educandos apresentam falhas ou defasagens nas etapas evolutivas do seu desenvolvimento intelectual.

A reformulação de nossas práticas pedagógicas faz com que, cada vez mais, busquemos preparar nossos alunos para que possam enfrentar, ao término do Ensino Fundamental, o Ensino Médio com independência, autonomia para que estejam vivenciando uma inclusão sem traumas e uma cidadania plena.

Tivemos no exercício de 2010, 734 matrículas compreendendo 336 alunos da Estimulação Precoce ao 9º ano do Ensino Fundamental, e 398 alunos nos Programas de Reabilitação para Jovens e Adultos. Em 2010 houve um incremento nos cursos oferecidos no Programa de Reabilitação conforme apresentamos a seguir:

1 Cursos de Qualificação Profissional com exigência de escolaridade:

- Curso de qualificação profissional em Shiatsu terapia;
- Curso de qualificação profissional em Massoterapia;
- Massagem estética facial e corporal;
- Conhecimentos básicos de traumatologia para massoterapeutas;
- Anatomia palpatória;
- Reflexologia podal;
- Drenagem linfática manual;
- Primeiros socorros;
- Massagem terapêutica na cadeira;
- Bambuterapia.

2 Curso de Qualificação Profissional sem exigência de escolaridade:

- Afinação de piano;
- Artesanatos;
- Cestaria;
- Oficina de cerâmica;
- Customização em roupas e calçados

Ação 6135 - Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	367	1374	6135	A	4	Exemplares distribuídos	16.800	164.336	22.400

Especificação:

Recursos Didáticos para Alunos Cegos e de Baixa Visão: 439

Materiais em Linguagem Grafo - Tátil: 13.120

Distribuição da Revista Benjamin Constant: 7.742

Distribuição de Áudiolivros: 3.262

Distribuição de Revistas, Livros e Textos Didáticos e Paradidáticos em Braille e Caracteres Ampliados: 139.773

A meta física foi superior à meta executada no ano de 2009 em virtude da crescente demanda interna e externa.

As metas físicas previstas no SIMEC tanto para o exercício de 2010 no quantitativo de 16.800 exemplares distribuídos, bem como a ser realizada em 2011 no quantitativo de 22.400 exemplares distribuídos, foram informadas equivocadamente pela Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – DOF. Fizemos contato com a SPO e tivemos a informação de que as referidas metas não poderiam ser alteradas. A Divisão deverá informar no período determinado a meta correta a ser realizado no exercício de 2012.

Ação 8243 - Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	573	1374	8243	A	4	Estudo Disseminado	55	109	74

Especificação:

Promover Eventos, Palestras e Congressos: 37

Promover Cursos de Capacitação Profissional na Área da Deficiência Visual: 32 sendo 1709 profissionais capacitados

Disseminar Estudos na Área da Deficiência Visual: 16

Realizar Pesquisas de Recursos Didáticos para Pessoas Cegas e de Baixa Visão: 7

Orientar Tecnicamente Pessoas em Instituições para Produção de Áudiolivros: 17

Obtivemos sucesso no atingimento da meta desta ação devido ao incremento na participação de eventos, promoção de eventos, palestras, cursos, consultorias, publicação de revistas e a realização de pesquisas de recursos didáticos para pessoas cegas e de baixa visão.

Programa: 1067 - Gestão de Política da Educação

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	128	1067	4572	P	4	Servidor Capacitado	166	340	225

No ano de 2010 houve um aumento significativo nessa ação atendendo o Programa de Capacitação para os servidores.

Programa: 1073 - Brasil Universitário

Ação 4005 - Apoio a Residência Multiprofissional

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	364	1073	4005	A	4	Residente mantido	18	18	18

Especificação:

Atendimento: Qualificação de Médicos Recém-Formados na Área de Oftalmologia visando a Melhoria no Atendimento Médico à População: 18

Obtivemos êxito no cumprimento da ação com a atuação dos 18 Médicos Residentes, 03 Médicos do quadro e 12 Médicos Voluntários.

Programa: 0750 - Apoio Administrativo

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa Beneficiada	694	658	694

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	365	0750	2010	A	4	Criança Atendida	7	3	4

Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	331	0750	2011	A	4	Servidor Beneficiado	207	125	119

Ação 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	306	0750	2012	A	4	Servidor Beneficiado	183	200	207

As ações deste Programa foram atendidas com êxito dentro do quantitativo real.

Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2010		Execução Financeira Exercício 2010 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	6318	Aluno matriculado	650	734	21.706.225,00	23.315.064,99
	6135	Exemplar distribuído	16.800	164.336	2.463.749,00	1.994.755,00
	8243	Estudos disseminados	55	109	233.402,00	47.760,48
1067	4572	Servidores capacitados	166	340	214.917,00	175.951,05
1073	4005	Médicos residentes	18	18	530.939,00	517.306,61
0750	2004	Pessoa beneficiada	694	658	600.000,00	195.657,74
	2010	Criança de 0 a 6 anos	07	03	7.200,00	4.374,35
	2011	Servidor beneficiado	207	125	240.000,00	245.930,59
	2012	Servidor beneficiado	183	200	316.224,00	695.095,90

Observação: Gasto com a Ação 09HB do Programa 1374

Execução Financeira Exercício 2010 (R\$)	
Planejado	Realizado
1.909.174,00	2.026.428,40

D. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

I – Programação Orçamentária das Despesas.

QUADRO A.2.3. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Benjamin Constant	26105	152004

QUADRO A.2.4. PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	Exercícios					
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA Dotação proposta pela UO	22.401.114,00	26.948.411,00	-	-	12.916.862,00	14.444.277,00
PLOA	22.401.114,00	26.948.411,00	-	-	12.916.862,00	14.444.277,00
LOA	22.401.114,00	26.948.411,00	-	-	11.899.825,00	14.444.277,00

CRÉDITOS	Suplementares		5.962.643,00	4.978.000,00			1.087.816,00	887.102,00
	Especiais	Abertos					2.745,00	
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							468.994,00
Outras Operações						911.362,72	12.453,98	
Total		28.363.757,00	31.926.411,00	-	-	13.901.748,72	14.874.838,98	

QUADRO A.2.5. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
			Exercícios					
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		2.360.000,00	2.529.000,00	-	-	-	-
	PLOA		2.360.000,00	2.529.000,00	-	-	-	-
	LOA		2.360.000,00	2.529.000,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações		2.558.865,24						
Total		4.918.865,24	2.529.000,00	-	-	-	-	

QUADRO A.2.6. RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios					
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		12.916.862,00	14.444.277,00	2.360.000,00	2.529.000,00	-	-
	PLOA		12.916.862,00	14.444.277,00	2.360.000,00	2.529.000,00	-	-
	LOA		11.899.825,00	14.444.277,00	2.360.000,00	2.529.000,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		1.087.816,00	887.102,00				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados			468.994,00					
Outras Operações		911.362,72	12.453,98	2.558.865,24				
Total		13.901.748,72	14.874.838,98	4.918.865,24	2.529.000,00	-	-	

Análise dos Quadros Dotações de acordo com as informações prestadas pelo Sr. Augusto Ernesto

de Mattos Baganha, responsável pela execução financeira e orçamentária:

- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que conforme evidenciado que a dotação proposta pela UO é de R\$26.948.411,00, tendo a PLOA e a LOA o mesmo registro, e que comprovadamente não foram suficientes para fazer face às despesas durante o exercício, necessitando, porém de um acréscimo de 18,47%, neste exercício de 2010;

- Comparando com o exercício de 2009, houve um acréscimo na ordem de 20,30%, para o exercício de 2010, atentando, porém que durante a execução do exercício de 2009, o valor de R\$22.401.114,00, não foi suficiente havendo necessidade de crédito suplementar na ordem de 26,61%;

- Ressaltando, porém que tais variações nos exercícios de 2009 e 2010, ocorreram em virtude do aumento no quadro de pessoal do Instituto, bem como em decorrência do Plano de Cargos e Salários, tendo ocorrido o último movimento em 2010, e tendo seu início no exercício de 2008, o que, porém justifica as variações ocorridas para cumprir o ingresso de novos servidores bem como o Plano de Cargos e Salários.

- Em relação às Outras Despesas Correntes, foi proposto o valor de R\$12.916.862,00, para o exercício de 2009, porém o PLOA/LOA registra o valor a menor em 7,88%, havendo a necessidade do crédito suplementar em relação ao PLOA/LOA na ordem de 9,16%, que se mostrou insuficiente para atender a demanda de todas as despesas em relação a custeio visando à manutenção da Unidade;

- Bem como houve em 2009 a descentralização de crédito através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para que fosse empregado na aquisição de material suficiente para a transcrição de livros didáticos em Braille, em conformidade com o acordo firmado para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, o que sem dúvida não seria possível somente com a Dotação desta UO, o valor de R\$911.362,72, foram totalmente utilizados e investidos em materiais de consumo necessários para o referido trabalho em nosso Parque Gráfico.

- Em relação a 2010, as descentralizações no valor de R\$12.453,98, ocorreram através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no valor de R\$7.111,40, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que apesar do valor bem pequeno, esta Unidade já incluiu nos Créditos Orçamentários valores suficientes para atender esta despesa, e em relação ao valor de R\$5.342,58, foram através de provisões concedidas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC, visando a aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias, conforme o Termo de Cooperação Técnica para cursos de capacitação realizados pela própria Subsecretaria;

- Para as Despesas de Capital, podemos verificar que no exercício de 2009, houve uma Descentralização de Crédito no valor de R\$2.558.865,24, destinado as seguintes aquisições de acordo com os seguintes Planos de Trabalhos Anuais Simplificados:

- Caminho da Escola no valor de R\$413.065,15; e

- Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, no valor de R\$2.145.800,09.

- No Caminho da Escola tal crédito foi totalmente utilizado na aquisição de dois ônibus escolares, e no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, o crédito foi utilizado na aquisição de máquinas e equipamentos destinados a ampliação e modernização de nossa Imprensa Braille, que sem o crédito concedido não nos seria possível somente com o nosso orçamento cumprir o compromisso firmado com a Secretaria de Educação Especial – SEESP e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para transcrição em braille, edição e distribuição de livros didáticos, destinados a todo o território nacional;

- Quanto ao nosso Orçamento de 2009 para 2010, houve um acréscimo de 7,16%, que conforme poderá ser verificado foi totalmente atendido tanto quanto a dotação proposta como no PLOA/LOA, e sendo o crédito destinado a aquisição de equipamentos e máquinas visando a poder modernizar a Instituição, bem como destinado também a ampliação e reforma da Unidade para tornar o Instituto acessível a todo tipo de deficiência.

- Como poderá ser observado todo o crédito e extra orçamentário foram utilizados e empregados na

expansão e modernização da Instituição, visando a cada vez mais apoiar a deficiência em todo o território nacional.

QUADRO A.2.7. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	150014	descentralização			5.342,58
		153173	descentralização			7.111,40
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

II - Execução Orçamentária das Despesas

QUADRO A.2.8. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
	Licitação			
Convite	26.892,42	33.210,24	26.892,42	33.210,24
Tomada de Preços	107.637,18	0	107.637,18	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	8.454.998,09	9.632.984,22	8.026.505,14	9.632.984,92
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	800.592,39	920.654,27	799.300,63	920.654,77
Inexigibilidade	389.126,38	349.737,19	389.126,38	349.737,19
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	28.835.540,11	33.381.642,39	28.835.540,11	33.381.642,39
Diárias	56.129,82	80.670,14	56.129,82	80.670,14
Outros	328.763,69	228.836,22	300.348,77	228.836,22

QUADRO A.2.9. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
31900100	11.228.481,25	12.569.462,00	11.228.481,25	12.569.462,00	0	45.865,87	11.228.481,25	12.523.596,53
31900300	5.576.348,19	6.548.866,41	5.576.348,19	6.548.866,41	0	27.509,54	5.576.348,19	6.521.376,87
31900400	182.122,22	383.411,23	182.122,22	383.411,23	0	0	182.122,22	383.411,23
31900800	23.242,54	22.198,33	23.242,54	22.198,33	0	0	23.242,54	22.198,33
31901100	8.818.286,78	10.043.502,32	8.818.286,78	10.043.502,32	0	0	8.818.286,78	10.043.502,32
31901600	8.516,26	18.516,52	8.516,26	18.516,52	0	0	8.516,26	18.516,52
31909100	51.097,43	50.493,64	51.097,43	50.493,84	0	0	51.097,43	50.493,84
31909200	96.573,33	15.059,53	96.573,33	15.059,53	0	0	96.573,33	15.059,53
31901300	1.915.594,09	2.097.567,87	1.915.594,09	2.097.567,87	0	0	1.915.594,09	2.097.567,87
3390400	416.545,02	408.203,85	416.545,02	408.203,85	0	0	416.545,02	408.203,85
3390800	3.541,30	4.374,35	3.541,30	4.374,35	0	0	3.541,30	4.374,35
33904600	309.235,37	695.095,90	309.235,37	695.095,90	0	0	309.235,37	695.095,90
33904900	202.288,69	245.930,59	202.288,69	245.930,59	0	0	202.288,69	245.930,59
33909308	27.430,00	195.657,74	27.430,00	195.657,74	0	0	27.430,00	195.657,74
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
33901400	56.129,82	80.670,14	56.129,82	80.670,14	0	0	56.129,82	80.670,14
33903000	2.285.279,92	1.469.912,49	2.285.279,92	1.231.912,49	1.547.579,74	238.358,00	737.700,18	1.231.554,49

No quadro Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ, podemos verificar a variação de 38,08% a menor no exercício de 2010, em comparação com o exercício de 2009, onde sua grande concentração se trata na face de ampliação e instalações da escola, que tiveram início no exercício de 2004, pois nossas instalações se encontravam em péssimos estados de manutenção, necessitando assim de uma reforma e ampliação adequada de forma que pudéssemos abraçar cada vez mais as devidas acomodações e acessibilidade dos alunos da Instituição, e serviço médico e imprensa braille;

- Que apesar dos recursos terem sido a menor não houve impedimento para que não fosse dada a continuidade necessária, visando a abraçar a causa de podermos ampliar e acomodar cada vez mais alunos nesta Instituição.

QUADRO A.2.11. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	428.492,55	2.113,48	423.219,69	2.113,48
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	10.126,99	6.952,00	10.126,99	6.952,00
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	3.019,58	0	3.019,58
Outras	0	0	0	0

QUADRO A.2.12. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	Não Houve							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	Não Houve							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
33903017	3.623,99	---	3.623,99	---	---	---	3.623,99	---
33903041	6.503,00	---	6.503,00	---	---	---	6.503,00	---
33901414	---	3.229,10	---	3.019,58	---	209,52	---	3.019,58
339033	---	2.113,48	---	2.113,48	---	---	---	2.113,48
33903007	---	7.111,40	---	---	6.952,00	---	152,40	6.952,00
33903041	15.427,80	---	15.427,80	---	---	---	15.427,80	---

QUADRO A.2.12. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
44905252	413.065,15	---	413.065,15	---	5.273,26	---	407.791,89	
2º elemento de despesa	Não Houve							
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	Não Houve							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	Não Houve							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

III – Indicadores Institucionais

Com vistas ao cumprimento dos Programas do Governo e de Trabalho, e, buscando-se aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade empreendida pela Administração Geral, foram construídos indicadores de Gestão que possibilitam esse controle, considerando a especificidade da Instituição.

Temos buscado melhorar a consistência desses indicadores, com vistas a garantir a precisão daquilo que se quer avaliar.

São eles: números de alunos matriculados, evadidos, capacitação de servidores, produção de material especializado, estudos disseminados na área da deficiência visual e Atendimentos oftalmológicos e ambulatoriais na prevenção da cegueira.

1. Descrição e tipo de indicador.

2. Fórmula de Cálculo e Método de Medição

3. Responsável pelo Cálculo/Medição

Índice de Gasto Total

Objetivo: Quantificar o percentual do total gasto realizado frente ao previsto

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para a Ação mais as suplementações ocorridas no exercício.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo recurso Orçamentário.

Fórmula: Índice de Gasto Total = $\frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Recurso Orçamentário}}$

Responsável : Diretor do DPA

Gastos Correntes por Aluno

Objetivo: Quantificar os gastos correntes por aluno, por R\$

Definições:

Gastos Correntes: Consideram-se todos os gastos realizados em custeio.

Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos correntes realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gastos Correntes por Aluno =
$$\frac{\text{Total de Gastos Correntes em R\$}}{\text{Nº de matrículas efetuadas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

Gasto Total por Aluno

Objetivo: Quantificar o gasto total por aluno, em R\$

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados no exercício.

Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gasto Total por Aluno =
$$\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Nº de matrículas efetuadas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

Gasto Total por Clientela Atendida

Objetivo: Quantificar o gasto total por clientela atendida, em R\$

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Clientela Atendida: Número de pessoas atendidas, alunos, clientes da Oftalmologia e usuários da biblioteca, pelo Instituto.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de pessoas atendidas pelo Instituto.

Fórmula: Gasto Total por Clientela Atendida =
$$\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Nº de Pessoas atendidas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

Gasto em Ações

Gasto por Ação (valor Orçamentário)

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o recurso previsto na Lei Orçamentária.

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados na Ação, em R\$.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para as Ações, mais as suplementações, ocorridos no exercício, em R\$.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelo Recurso Orçamentário previsto na Lei Orçamentária Anual.

Fórmula: Gasto por Ação (valor Orçamentário) = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Recurso Orçamentário}} \times 100$

Responsável: Diretor do DPA

Gasto por Ação (valor disponibilizado)

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o Recurso Efetivamente Disponibilizado.

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados com Ações.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Disponibilizado: Considera-se o recurso efetivamente liberado para a Ação.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelos Recursos Disponibilizados.

Fórmula:

Índice de gasto com Ações (valor disponibilizado) = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Valor disponibilizado em R\$}} \times 100$

Responsável: Diretor do DPA

Índice de Atendimento ao Servidor em diversas Áreas de Capacitação

Objetivo: Quantificar percentualmente a participação de servidores em cursos / eventos / seminários em relação à Meta prevista.

Definições:

Atendimento ao Servidor: Oferecer ao servidor oportunidade de qualificação ou requalificação em diversas áreas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do Número de Capacitação dos Servidores em cursos / eventos / seminários de capacitação pela quantidade prevista.

Fórmula:

Índice de Capacitação de Servidores = $\frac{\text{Nº de participações obtidas}}{\text{Quantidade prevista}} \times 100$

Responsável: Diretor do DTE

Índice de Servidores Capacitados (Geral)

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de servidores capacitados com o total de servidores do Instituto.

Definições:

Servidor Capacitado: Total de Servidores do Instituto que participaram, de algum curso ou evento ou seminário para sua capacitação.

Total de Servidores: Total de Servidores do Instituto.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do Número de Servidores Capacitados pelo total de servidores do Instituto.

Fórmula:

$$\text{Índice de Servidores Capacitados} = \frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DTE

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico

Objetivo: Evidenciar a eficácia do tratamento cirúrgico realizado.

Definições:

Realização de cirurgias: Total de cirurgias de catarata e de glaucoma realizados com sucesso pelo Serviço Médico Oftalmológico.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do total de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas com sucesso pela quantidade de cirurgias realizadas.

Fórmula:

Índice de Atendimento Cirúrgico =

$$\frac{\text{Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso}}{\text{Nº de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DMR

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial

Objetivo: Evidenciar percentualmente o Atendimento oftalmológico ambulatorial prestado aos alunos e à comunidade em relação ao número de consultas previstas.

Definições:

Atendimento Oftalmológico Ambulatorial: Total de consultas realizadas pelo Departamento Médico.

Quantidade de Consultas Previstas: Meta estabelecida, para o período, para Atendimento aos alunos e à comunidade.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de consultas realizadas pela Meta estabelecida.

Fórmula:

$$\text{Índice de Atendimento Oftalmológico} = \frac{\text{Nº de Consultas realizadas}}{\text{Nº de consultas previstas}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DMR

Índice de Distribuição de Material

Objetivo: Verificar o grau de realização da Ação.

Definições:

Exemplares Distribuídos: Total de exemplares de material especializado, livros e textos, no sistema Braille, distribuídos.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do Número de Exemplares Distribuídos pela Quantidade Prevista.

Fórmula:

$$\text{Índice de Distribuição de Material} = \frac{\text{Nº de Exemplares Distribuídos}}{\text{Quantidade prevista}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DTE

Índice de Estudos Produzidos

Objetivo: Verificar o grau de realização da Ação.

Definições:

Estudos Produzidos: Total de Estudos ou Pesquisas produzidos e disseminados do conhecimento na área de deficiência visual.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de Estudos Produzidos pela Meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Estudos Produzidos = $\frac{\text{Nº de Estudos Produzidos}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$

Responsável: Diretor do DTE

Índice de Matrículas

Objetivo: Verificar o grau de realização da ação.

Definições:

Matrícula: Total de matrículas realizadas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de matrículas efetuadas pela Meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Matrícula = $\frac{\text{Nº de Alunos Matriculados}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$

Responsável: Diretores dos Departamentos DED/DMR e GABINETE

Índice de Evasão

Objetivo: Quantificar a desistência de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Definições:

Alunos Evadidos: Total de alunos que saem do Instituto, por abandono ou por cancelamento de matrícula, sem que tenham concluído o Ensino Fundamental.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência**Método de cálculo:** Divisão do total de alunos evadidos pelo total de alunos matriculados.**Fórmula:** Índice de Evasão = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos evadidos}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$ **Responsável:** Diretor do DED e GABINETE**Índice de Aprovação****Objetivo:** Verificar o rendimento dos alunos.**Definições:**

Alunos Aprovados: Total de alunos, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que apresentaram condições para prosseguimento de estudos na série seguinte.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência**Método de cálculo:** Divisão do total de alunos aprovados pelo total de alunos matriculados.**Fórmula:** Índice de Aprovação = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$ **Responsável:** Diretor do DED e GABINETE**Cálculo dos Indicadores**

Base de Cálculo: dados do ano de 2010

Índice de Gasto Total = 95%

Gasto Total: R\$ 48.371.740,21

Recurso Orçamentário: R\$ 49.330.249,98

Gastos Correntes por Aluno = / aluno/ano – R\$ 17.347,89

Gastos Correntes: R\$ 12.733.356,06

Nº de Matrículas: 734

Gasto Total por Aluno = R\$ / aluno/ano – R\$ 37.307,91

Gasto Total: R\$ 27.384.008,87

Nº de Matrículas: 734

Gasto Total por Clientela Atendida = R\$ /clientela/ano – R\$ 765,25

Gasto Total: R\$ 27.384.008,87

Clientela Atendida: 734 alunos, 27.498 clientes da Oftalmologia, 6.726 usuários da biblioteca e visitantes de Instituições Públicas e Privadas = clientes – 35.784

Gasto com Ações

Gasto com Ações (valor Orçamentário)

Programa 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

12367137463180033 – Funcionamento do Instituto Benjamin Constant

Indicador: Índice de Gasto com Ações: Gasto/Previsto: 83,22%

Gasto Total: R\$ 25.341.493,39

Valor não realizado: R\$ 210.899,61

Total de recursos Orçamentários: R\$ 49.330.249,98

12367137461350033 – Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille

Indicador: Índice de gastos com a distribuição de material especializado:
Gasto / Previsto: 100%

Gasto Total: R\$ 1.994.755,00

Recurso Orçamentário: R\$ 2.463.749,00

12573137484330001 – Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual

Indicador: Índice de gastos com produção e disseminação do conhecimento:
Gasto / Previsto: 20,46%

Gasto Total: R\$ 47.760,48

Recurso Orçamentário: R\$ 233.402,00

Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

128106745720033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Indicador: Índice de gastos com a capacitação de servidores públicos federais no processo de qualificação e requalificação: Gasto / Previsto: 81%

Gasto Total: R\$ 175.951,05

Recurso Orçamentário: R\$ 214.917,00

Programa 1073 – Brasil Universitário

12364107340050033 – Apoio a Residência Multiprofissional

Indicador: Índice de gastos com o funcionamento da Residência Médica:

Gasto / Previsto: 97%

Gasto Total: R\$ 517.306,61

Recurso Orçamentário: R\$ 530.939,00

Índice de Atendimentos Realizados a Servidores em diversas Áreas de Capacitação = 204%

Nº de Atendimentos: 340

Quantidade prevista: 166

Índice de Capacitação de Servidores (Geral) = 86%

Nº de servidores capacitados em algum curso / evento/ seminário: 142

Total de servidores do Instituto: 164

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico = 81%

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso = $71 + 686 = 757$

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas = $100 + 834 = 934$

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial = 108%

Nº de consultas realizadas: 27.498

Nº de consultas previstas: 25.400

Índice de Distribuição de Material = 98%

Nº de exemplares distribuídos: 164.336

Quantidade prevista: 168.000

Índice de Estudos Produzidos = 198%

Nº de estudos produzidos: 109

Quantidade prevista: 55

Índice de Matrículas = 112%

Nº de alunos matriculados: 734

Quantidade prevista: 650

Índice de Evasão = 4,1%

Nº de alunos evadidos: 14

Nº de alunos matriculados: 336

Índice de Aprovação = 61%

Nº de alunos aprovados: 157

Nº de alunos matriculados: 257

QUADRO COMPARATIVO DE RESULTADOS DE AÇÃO/PPA NOS ANOS DE 2009 e 2010.

Programa	Ação	Indicadores Associados	2009	2010
1374 Desenvolvimento da Educação Especial	6318 Funcionamento do Instituto Benjamin Constant	Gasto com Ação	95%	83,22%
		Índice de Matrículas	115,83%	112%
		Índice de Evasão	5,59%	4,1%
		Índice de Aprovação	48,02%	61%
	6135 Distribuição de material especializado de Livros e Textos no Sistema Braille	Gasto com Ação	94,74%	100%
		Índice de distribuição de material	79,33%	98%
	8243 Produção e Disseminação do Conhecimento nas Áreas da Surdez e da Deficiência Visual	Gasto com Ação	99,47%	20,4%
		Índice de estudos produzidos	134%	198%
1067 Gestão de Política da Educação	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Gasto com Ação	97,36%	81,86%
		Índice de Atendimento ao servidor em diversas áreas de capacitação	41%	204%
		Índice de capacitação de servidores	80,92%	86%
1073 Brasil Universitário	4005 Apoio à Residência Multifuncional	Gasto com Ação	90,41%	97%
		Índice de Atendimento oftalmológico ambulatorial	100%	108%
		Índice de Atendimento Cirúrgico	76,32%	81%

ANÁLISE DO DESEMPENHO

Através do quadro comparativo apresentado podemos evidenciar uma gestão mais eficaz dos recursos Orçamentários disponíveis, refletindo também um crescimento em quase todas as ações voltadas aos Atendimentos oferecidos pelo Instituto Benjamin Constant.

O gasto de apenas 20,4% com a Ação Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual ocorreu em virtude da não concretização do processo licitatório referente à aquisição de materiais que seriam utilizados na pesquisa de recursos didáticos para pessoas cegas e de baixa visão.

Apesar de não termos utilizado o total dos recursos orçamentários na Ação de Capacitação dos Servidores, a meta foi cumprida satisfatoriamente em virtude dos eventos e seminários realizados pela Instituição, além das parcerias firmadas.

O aumento do número de cirurgias de glaucoma e catarata foi possível em virtude das

campanhas realizadas através de parcerias que patrocinaram as referidas cirurgias.

Um fator que ao longo desses últimos anos vem dificultando a ampliação de todas as nossas ações institucionais é a falta de recursos humanos.

Nossos servidores e funcionários têm envidado esforços para melhorar os serviços oferecidos pelo Instituto Benjamin Constant seja na educação e reabilitação de nossos alunos, seja na capacitação e assessoria técnica de profissionais para o Atendimento aos alunos deficientes visuais de todo Brasil, seja na produção, disseminação e distribuição de material técnicopedagógico especializado como na prevenção a cegueira.

Diante do exposto, faz-se necessário o apoio governamental a nossa Instituição que é Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual para que a cada dia ofereçamos um serviço de qualidade, eficiente, em prol da clientela atendida.

Continuaremos a investir na capacitação de nossos servidores incentivando-os a participar de cursos e eventos, visando uma melhor qualificação de suas atividades profissionais e pessoais.

Continuaremos ainda buscando junto ao Ministério da Educação em 2011 o crescimento da Instituição: Ampliação das Competências Regimentais, propiciando a criação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu – presencial e a distância e Strictu Sensu, Mestrado profissional, presencial; Transformação da Escola em Colégio de Aplicação que servirá como campo de pesquisas pedagógicas, de criação e aplicação de Metodologias e de testes de material didático especializado em todos níveis de ensino, atendendo aos novos rumos educacionais do Instituto Benjamin Constant.

3 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas: Não Houve					

4 – Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores Pagamentos de Restos a Pagar

QUADRO A.4.1. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Ano de Inscrição	Montante Inscritos	Cancelados acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	20.110,92	14.837,66	5.273,26	0
2009	388.373,74	111.227,33	257.035,49	20.110,92
2008	344.990,94	*****	344.990,94	*****
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	12.323.343,19	11.523,87	5.252.103,36	7.059.715,96
2009	12.340.492,33	844.116,47	2.796.168,31	8.700.207,55
2008	12.675.338,53	8.566,74	6.363.736,85	6.303.034,94
Observações:				

Análise Crítica

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada;

A Instituição adotou a estratégia ao longo dos últimos anos de procurar diminuir os R.P., inclusive por conta de que não haveria necessidade de deixar em R.P, pessoal a pagar, pois antigamente havia necessidade da Unidade deixar saldos de pagamento de pessoal em exercícios anteriores, e que ao longo do exercício seriam liberados para tais pagamentos. Os saldos não processados são referentes aos contratos firmados ao longo dos últimos exercícios e liquidados de acordo com apresentação do cronograma de desembolso.

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2010, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

Não há impacto.

- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;

Em virtude dos contratos de serviços de engenharia e de terceirização, terem vigência maior que o ano financeiro.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto;

Não há.

- Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP.

Em virtude dos contratos continuados, contratação de serviços de engenharia e a ocorrência de processos licitatórios demorados e fechados próximo a data de encerramento do exercício.

5 – Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

a) Composição do quadro de servidores ativos;

QUADRO A.5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	263	182	27	7
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	243	164	18	6
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	240	161	18	6
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	18	16	9	1
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	2	2	0	0
1.4.1 Cedidos	2	2	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	47	44	5	1
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	9	9	1	1

2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	8	8	0	1
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4	Sem vínculo	0	0	0	0
2.2.5	Aposentado	1	1	1	0
2.3	Funções gratificadas	38	35	4	0
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	35	32	2	0
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	1	0
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	2	2	1	0
3	Total	310	228	32	8

QUADRO A.5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	29	13	43	70	27
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	20	10	39	68	27
1.3. Servidores com Contratos Temporários	9	2	3	2	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	1	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	3	2	13	17	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	4	4
2.3. Funções gratificadas	3	2	12	13	5

QUADRO A.5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	1	17	53	87	5	1	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	1	16	53	86	5	1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	1	0	1	0	0	
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	1	14	10	16	3	0	
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	2	7	0	0	
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	1	14	8	9	3	0	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

d) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;

QUADRO A.5.8. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: 152004/00001							CNPJ: 00.394.445/0272-12						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	10/2008	CROLL EMPREENDIMEN TOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001- 70)	14/03/2 008	13/03/2 011	40	40	**	**	**	**	P
2009	V	O	35/2009	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001- 78)	28/12/2 009	27/12/2 011	**	**	20	20	**	**	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

QUADRO A.5.9. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: 152004/00001							CNPJ: 00.394.445/0272-12						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2004	2	O	10/2004	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E	23/12/2004	22/12/2011	17	17	***	***	***	***	P
2005	7	O	12/2005	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA	22/12/2005	21/10/2011	***	***	52	52	***	***	P
2006	1	O	01/2006	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E	09/03/2006	07/03/2011	***	***	82	82	3	3	P
2006	3	O	14/2006	CROLL EMPREENDIMENTOS	23/05/2006	22/05/2011	21	21	***	***	***	***	P
2009	7	O	17/2009	MAXIMA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	07/10/2009	06/10/2011	***	***	8	8	12	12	P
2009	7	O	19/2009	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E	21/10/2009	20/10/2011	***	***	9	9	2	2	P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

QUADRO A.5.10. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 2010

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa										
10/2004 - TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	2	17	Departamento de Administração e Planejamento - DPA										
12/2005 - NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA	9	52	Departamento Técnico Especializado - DTE										
01/2006 - TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	1	85	Departamento de Administração e Planejamento - DPA										
14/2006 - CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA	3	21	Departamento de Administração e Planejamento - DPA										
10/2008 - CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA	7	40	Departamento de Administração e Planejamento - DPA										
17/2009 - MAXIMA LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA E SERVICOS LTDA	9	2	Departamento de Educação - DED										
17/2009 - MAXIMA LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA E SERVICOS LTDA	9	6	Departamento de Administração e Planejamento - DPA										
17/2009 - MAXIMA LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA E SERVICOS LTDA	9	12	Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação - DMR										
19/2009 - TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	9	11	Departamento de Administração e Planejamento - DPA										
35/2009 - ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	8	20	Departamento de Administração e Planejamento - DPA										
LEGENDA													
Área:													
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;</td> <td style="width: 50%;">5. Serviços de Brigada de Incêndio;</td> </tr> <tr> <td>2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;</td> <td>6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;</td> </tr> <tr> <td>3. Serviços de Copa e Cozinha;</td> <td>7. Higiene e Limpeza;</td> </tr> <tr> <td>4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;</td> <td>8. Vigilância Ostensiva;</td> </tr> <tr> <td></td> <td>9. Outras.</td> </tr> </table>				1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;	2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;	3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;	4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;		9. Outras.
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;												
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;												
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;												
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;												
	9. Outras.												

Demonstrativos dos contratos no exercício de 2010

Nat.	Contrato	Empresa Contratada	Vigência do Contrato		Sit.
			Início	Fim	
	10/2004	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	23/12/2010	21/06/2011	P
	03/2005	AIR PRODUCTS BRASIL LTDA	01/12/2010	30/11/2011	P
	12/2005	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA	22/12/2010	21/12/2011	P
	01/2006	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	09/03/2010	08/03/2011	P

	10/2006	ECT EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	18/04/2010	17/04/2011	P
	13/2006	TECNOCÓPIAS LTDA	01/01/2010	31/12/2010	P
	14/2006	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA	23/05/2010	22/05/2011	P
	15/2006	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÕES EBC - RADIOBRÁS	07/06/2010	06/06/2011	P
	16/2006	J. LEONISSA CANTINA ME	03/07/2010	02/07/2011	P
	01/2007	VENTURA PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA ME	09/02/2010	08/02/2011	P
	29/2007	SPECTRU INSTRUMENTAL CIENTÍFICO LTDA-ME	26/12/2010	25/12/2011	P
	10/2008	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA	14/03/2010	13/03/2011	P
	12/2008	TRUSHER SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO LTDA	25/04/2010	24/04/2011	P
	17/2009	MAXIMA LOCACAO DE MAO-DE-OBRA E SERVICOS LTDA	07/10/2010	06/10/2011	P
	18/2009	WORLD AGÊNCIA DE VIAGENS, OPERADORA E CONSOLIDADORA LTDA ME	19/10/2010	18/10/2011	P
	19/2009	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	21/10/2010	20/10/2011	P
	32/2009	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE	01/12/2010	30/11/2010	P
	35/2009	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	16/12/2010	15/12/2011	P
	37/2009	LAVANDERIA MILÊNIO LTDA	15/12/2010	14/12/2011	P
	01/2010	DAISSER EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA	05/02/2010	04/02/2011	E
	02/2010	SANOR DIESEL – GRUPOS GERADORES LTDA	10/03/2010	09/03/2011	A
	03/2010	PREMIAR COMÉRCIO DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
	04/2010	EMPRESA SUSTENTARE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
	05/2010	EMPRESA GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
	06/2010	EMPRESA FM DEODORO DE CEREAIS LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
	07/2010	EMPRESA GN ALIMENTOS LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
	08/2010	EMPRESA NUTRIMED ALIMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
	09/2010	MENMAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
	10/2010	MARPES COMÉRCIO DE PESCADO LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E

11/2010	MARILANGE COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
12/2010	DEIVIANE COMERCIO LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
13/2010	EMPRESA NUTREMAZ COMERCIO LTDA ME	15/03/2010	16/07/2010	E
14/2010	FICA BEM ALIMENTOS LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
15/2010	PADARIA E CONFEITARIA FLOR DO BRASIL LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
16/2010	PADARIA MARIA FARINHA LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
17/2010	BROU COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA ME	15/03/2010	16/07/2010	E
18/2010	ODEBRECHT COMERCIO E INDÚSTRIA DE CAFE LTDA	15/03/2010	16/07/2010	E
19/2010	XSOL SERVIÇOS, COMÉRCIO, LOCAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA	05/07/2010	04/07/2010	A
20/2010	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A	28/04/2010	27/04/2011	A
21/2010	ORCELI DOS SANTOS JUNIOR	14/04/2010	13/04/2011	A
22/2010	FEPOM REFRIGERAÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA ME	29/07/2010	12/09/2010	E
23/2010	WARP – SERVICES SOLUTIONS	06/05/2010	05/05/2010	E
24/2010	MACEIÓ SERVIÇOS LTDA – ME	06/05/2010	20/06/2010	E
25/2010	NEWBUSINESS SERVIÇOS DE TELEINFORMÁTICA LTDA	12/05/2010	11/05/2011	A
26/2010	MARCELO DOS SANTOS LIMA	17/05/2010	16/05/2011	A
27/2010	LISONDA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	24/06/2010	22/10/2010	A
28/2010	OBRA TOTAL CONSTRUTORA LTDA ME	30/06/2010	28/10/2010	E
29/2010	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A	02/08/2010	01/08/2011	A
30/2010	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A	02/08/2010	01/08/2011	A
31/2010	VIVO S/A	27/08/2010	26/08/2011	A
32/2010	RUMO DA LUA ALIMENTOS LTDA	31/08/2010	20/12/2010	E
33/2010	LS COMÉRCIO DE DESCAR-TÁVEIS E COMESTÍVEIS LTDA	31/08/2010	20/12/2010	E
34/2010	D.I.D. COMÉRCIO DE FRIOS E CONGELADOS LTDA	31/08/2010	20/12/2010	E
35/2010	MENMAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	31/08/2010	20/12/2010	E

36/2010	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	31/08/2010	20/12/2010	E
37/2010	J.B.C. ARAUJO DISTRIBUI-DORA LTDA ME	31/08/2010	20/12/2010	E
38/2010	NUTREMAZ COMERCIO LTDA ME	31/08/2010	20/12/2010	E
39/2010	A M FORNECIMENTO ALIMEN-TÍCIOS LTDA ME	31/08/2010	20/12/2010	E
40/2010	PADARIA E CONFEITARIA FLOR DO BRASIL LTDA	31/08/2010	20/12/2010	E
41/2010	PREMIAR COMÉRCIO DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	31/08/2010	20/12/2010	E
42/2010	F M DEODORO DE CEREAIS LTDA	31/08/2010	20/12/2010	E
43/2010	PADARIA MARIA FARINHA LTDA ME	31/08/2010	20/12/2010	E
44/2010	GRÁFICA EDITORA FATIMA SANTOS LTDA	06/10/2010	05/10/2010	A
45/2010	TECNISAN TECNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	07/10/2010	06/10/2011	A
46/2010	MISTER AIR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	11/11/2010	10/11/2011	A
47/2010	MULTIPLA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	17/11/2010	16/11/2011	A
48/2010	PROATIVA RJ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES, MONTAGEM E REFORMAS LTDA ME	09/12/2010	08/04/2011	A
49/2010	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HOM LTDA	23/12/2010	22/12/2011	A
50/2010	CLAUDIONOR FRANCISCO CHAGAS	02/08/2010	01/08/2011	A

e) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos;

Com relação ao desenvolvimento dos indicadores gerenciais o Instituto está atrelado participando da criação do Núcleo SIASS no Rio de Janeiro – Pólo UNIRIO que estará desenvolvendo estes indicadores.

Devido a carência de recursos humanos disponíveis iremos aguardar a consolidação e implantação desses indicadores e posteriormente os itens que não forem contemplados serão trabalhados internamente.

Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição multifacetada: além da escola temos um grande parque gráfico, que atende a todo território nacional; um setor de capacitação, que promove cursos na Instituição para docentes e técnicos da Instituição, bem como para Professores de todo País na área da deficiência visual; um Serviço Médico, que atua na área da prevenção da cegueira, inclusive tendo a responsabilidade de supervisionar uma Residência Médica em Oftalmologia, serviço esse reconhecido como referência na área.

Somos classificados como Centro de Referência Nacional na área da deficiência visual. Por força de aposentadorias, mortes, redistribuições, etc, nosso corpo técnico-administrativo e docente vêm sofrendo, através dos anos, consideráveis baixas; alguns de nossos serviços sofrem estrangulamento por falta de pessoal. Outros atendimentos tiveram sua demanda extraordinariamente aumentada; houve, sem dúvida, uma expansão de nossas atividades.

Somos os pioneiros da Educação Especial na América Latina. Temos 156 anos de existência. Nossa tradição força-nos a desejar um trabalho sempre crescente. Nossa meta é o futuro, mas para que nossas realizações mantenham o padrão de tantos anos de êxito educacional é preciso que finquemos pé na contemporaneidade, através de profissionais preparados, serviços modernos, tecnologia adequada e abrangência da nossa atuação.

O número de servidores lotados na Instituição é extremamente pequeno. Trabalha-se com terceirização, contratos temporários, estagiários e voluntários, fato que nos traz grande desestabilização, pois há sempre o temor da descontinuidade nos atendimentos oferecidos.

O Instituto Benjamin Constant, hoje, funciona com um quantitativo de funcionários terceirizados superior ao número de servidores concursados.

Apesar do quadro reduzido, o IBC vem cumprindo sua missão e atingindo as metas propostas. Isso está sendo possível pois contamos com a força de trabalho terceirizado.

Para podermos ampliar nossas metas e atender, com a excelência que sempre nos caracterizou, todas as demandas que vêm surgindo em virtude da Política de Inclusão do Ministério de Educação, necessitamos da ampliação do nosso quadro de servidores. Essa solicitação vem sendo feita, e atendida, parcialmente, desde 2004.

O Instituto Benjamin Constant criou seu plano de capacitação de recursos humanos, conjugando os interesses institucionais e pessoais, a partir do resultado obtido com a tabulação dos questionários realizados com dirigentes e servidores. A implementação do mesmo vem acontecendo paulatinamente, de acordo com as disponibilidades orçamentárias específicas para o referido programa.

O Instituto Benjamin Constant não tem autonomia para estabelecer um cronograma próprio para substituir a mão de obra terceirizada por servidores do quadro permanente. Até o momento fomos contemplados com poucas autorizações para preenchimento de cargos vagos de nível superior e médio. Esse quantitativo, ainda é insuficiente para a referida substituição. Temos envidado esforços, junto ao Ministério da Educação, no sentido de preenchimento e criação de novos cargos, através de concurso público, para ampliação e melhoria no desempenho de nossas ações institucionais.

6 – Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos.

QUADRO A.6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO									
CNPJ: 00.394.445/0002-84					UG/GESTÃO: 150014/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	s/nº	152004	4.492,28	***	4.492,28	***	24/05	31/12	4
4	s/n	152004	850,30	***	850,30	***	19/08	31/12	4

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

QUADRO A.6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE									
CNPJ: 00.378.257/0001-81					UG/GESTÃO: 153173/15253				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	23034000332/2010-82	26105	3.000,00	***	3.000,00	***	22/07	31/12	4
4	23034000462/2010-70	26105	13.980,00	***	13.980,00	***	22/07	31/12	4
4	23034000331/2010-38	26105	2.160,00	***	2.160,00	***	22/07	31/12	4

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

QUADRO A.6.2. RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO						
CNPJ: 00.394.445/0002-84				UG/GESTÃO: 150014/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	***	***	***	***	***	***
Contrato de Repasse	***	***	***	***	***	***
Termo de Parceria	***	***	***	***	***	***
Termo de Cooperação	***	***	02	***	***	5.342,58
Termo de Compromisso	***	***	***	***	***	***
Totais	***	***	02	***	***	5.342,58

QUADRO A.6.2. RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE						
CNPJ: 00.378.257/0001-81				UG/GESTÃO: 153173/15253		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	***	***	***	***	***	***
Contrato de Repasse	***	***	***	***	***	***
Termo de Parceria	***	***	***	***	***	***
Termo de Cooperação	***	04	03	***	4.175.218,15	19.140,00
Termo de Compromisso	***	***	***	***	***	***
Totais	***	04	03	***	4.175.218,15	19.140,00

De acordo com as informações prestadas pelo Sr. Augusto Ernesto de Mattos Baganha, responsável pela execução financeira e orçamentária:

- tal evolução e análise forma prestadas conforme acima, pois esta Unidade cumpriu todos os seus contratos de convênios e ou repasses bem como de termos de transferências e ou parcerias, dentro dos prazos legais, ficando a cargo das instituições convenientes procederem às devidas baixas, e tão logo fosse notado que as prestações de contas estavam demorando a ser baixada, nossa ordenadora entrou em contato para que as mesmas fossem dadas as devidas baixas.

- Pois esta Unidade apesar de todas as dificuldades com o aumento da demanda sem o devido aporte de mão-de-obra para poder cumprir este acréscimo, executou todos os créditos nos seus devidos prazos.

QUADRO A.6.3. RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					Não se aplica
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

QUADRO A.6.4. RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
		Contas NÃO prestadas	Montante Repassado (R\$)		
			Não se Aplica		
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2008	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		

De acordo com as informações prestadas pelo Sr. Augusto Ernesto de Mattos Baganha, responsável pela execução financeira e orçamentária:

- Todos os créditos recebidos por esta Unidade através de descentralização de créditos e ou através de provisões concedidas, foram executados dentro do próprio exercício, sendo estes um grande aporte que possibilitou a implantação e desenvolvimento de diversos projetos da Instituição.

- Em todo o aporte efetuado esta Unidade não concede nem efetua transferências, e as recebidas todas se encontra em plena vigência, isto posto as recebidas no exercício de 2009, que por necessidade para recebimento alguns empenhos tiveram a sua execução através de Restos a Pagar, e tendo sido os mesmos cumpridos as metas dentro de prazo de vigência, não havendo inadimplência por parte desta Unidade;

- Não havendo a situação de inadimplência por parte desta Unidade, bem como da concedente, tendo sido todos os créditos executados no próprio exercício da vigência de sua concessão;

- Esta Instituição mesmo possuindo dificuldades nos setores administrativos, em virtude do aumento da demanda sem a equiparação de força de trabalho para sua execução, alcançou bons resultados, alcançando todas as propostas constantes de seus Plano de Trabalho, isto posto não ficando ou deixando de executar dentro dos prazos vigentes;

- Não havendo a situação de transferências expiradas no exercício de 2010, bem como nos exercícios anteriores que por ventura houve transferência de recursos recebidos;

- Não havendo por parte desta Unidade transferências e ou instrumentos que vigerão em 2011 e exercícios seguintes;

- Quanto à prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse, esta Unidade não firmou quaisquer contratos neste exercício e ou outros passados, não sendo passivo o este firmar tais contratados.

QUADRO A.6.5. VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE					
CNPJ:00.378.257/0001-81			UG/GESTÃO: 1913173/15293		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			****	****
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		****	****
		Montante repassado (R\$)		****	****
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	****	****
			Quantidade Reprovada	****	****
			Quantidade de TCE	****	****
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	****	****
			Montante repassado (R\$)	****	****
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		03	****
		Quantidade Reprovada		****	****
		Quantidade de TCE		****	****
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		****	****
Montante repassado (R\$)		****	****		
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		02	****
		Quantidade Reprovada		****	****
		Quantidade de TCE		****	****
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		****	****
Montante repassado		****	****		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		01	****
		Montante repassado		112.580,00	****



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os contratos firmados com o Instituto Benjamin Constant – IBC estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Quanto ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV este Instituto Benjamin Constant – IBC não firmou nenhum Convênio, Contrato de Repasse ou Termo de Parceria neste exercício de 2010.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2011.

Marina Mizrahi Goichman
Chefe da Divisão de Programação e Execução
Orçamentária e Financeira
do
Instituto Benjamin Constant



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT



Ao DPA,

Declaramos que os comprovantes da Declaração de Bens e Rendas dos servidores que compõe o rol de responsáveis foram entregues a Divisão de Pessoal.

Em, 28/02/2011

Atenciosamente,


JORGE FIORE DE OLIVEIRA JUNIOR
Chefe da Divisão de Pessoal

09 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			3		X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações Gerais: Entendemos que a UJ vem cumprindo seus objetivos em boa parte. O Instituto Benjamin Constant pratica o seu controle interno através de reuniões com os Diretores dos Departamentos. Temos consciência da necessidade de criarmos mecanismos de controles que darão uma visibilidade maior dos nossos gargalos e condições de vislumbrarmos soluções para melhoria do nosso desempenho, a fim de cumprirmos os objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional do IBC.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 – Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p><i>Considerações Gerais: Para atender o Decreto 5940/2006, o Instituto Benjamin Constant tomou como primeira medida, a contratação da Empresa SIMPLESAUDE, que tem entre suas competências a sustentabilidade ambiental . A partir dessa contratação, várias ações foram implementadas, a saber:</i></p> <p>1) <i>instituição da Comissão do Programa Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Saúde PGRSS, composta por funcionários do Instituto, representantes das Associações de vários segmentos e coordenada pela SIMPLESAUDE com as seguintes ações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>organização dos abrigos externos de armazenamento para diferentes tipos de resíduos;</i> ▪ <i>organização de box especial para “resíduo químico”</i> ▪ <i>adequação de serviço de higiene e limpeza, desde treinamento de pessoal, a aquisição de material adequado (luvas, máscaras, sacos diferenciados para coleta)</i> ▪ <i>modernização de área para armazenamento de resíduos infectantes</i> ▪ <i>criação de central de diluição de saneantes;</i> ▪ <i>implantação de rondas rotineiras em toda a Instituição;</i> ▪ <i>treinamento com todo o pessoal do Serviço Médico sobre o descarte de material perfurocortantes.</i> <p>2) <i>instituição de um grupo de trabalho para desenvolver a “ coleta seletiva de lixo”, composta por funcionários representando todos os segmentos da Instituição, foram tomadas as providências:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“desenvolvimento da” Educação Ambiental” junto aos alunos do IBC;</i> ▪ <i>levantamento de todos os setores sobre os tipos de resíduos que são gerados, para que sejam providenciados os locais necessários para o armazenamento até a retirada;</i> ▪ <i>foram realizadas reuniões por segmentos da Instituição para e sensibilização e a necessidade de implantação da coleta seletiva;</i> ▪ <i>foi providenciada a compra de conjuntos de lixeiras comuns para papéis, vidros, plásticos e para orgânico e lixeiras especiais para pilhas, cartuchos, lâmpadas etc;</i> ▪ <i>estamos contactando varias Cooperativas para a execução da coleta seletiva de papéis, plástico, metal, vidro e madeira, porém até o momento não houve não foi fechado contrato algum.</i> <p><i>A instituição adquiriu atendendo à recomendação governamental a compra de papel reciclável. Após vários testes, verificou-se que este tipo de papel não era adequado para utilização dos alunos de baixa visão (visão residual). A coloração e a porosidade dificultam a leitura. Por tal motivo, ainda estamos estudando o tipo de papel mais adequado para ser disponibilizado aos nossos alunos e reabilitandos.</i></p>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 – Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	município 1: 6001 – Rio de Janeiro	2	2
	município 2	*****	*****
	município “n”	*****	*****
	UF “n”		
	município 1	*****	*****
	município 2	*****	*****
	município “n”	*****	*****
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
	PAÍS “n”		
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – Não se aplica

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
cidade “n”			
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
152004	6001.03760.500-4	21	3	9.306.402,00	29/12/2005	9.306.402,00	58.591,81	2.021.744,46
	6001.03761.500-0	21	3	694.167,00	29/12/2005	694.167,00	–	–
Total							58.591,81	2.021.744,46

Análise Crítica

Não foram feitas avaliações nos anos de 2007 e 2009. A partir deste ano regularizamos essa situação. No quadro A.11.3, Despesa com Manutenção no exercício, esclarecemos que os valores informados correspondem as despesas realizadas nos dois prédios.

Informamos que o Instituto Estadual de Patrimônio Artístico Cultural – INEPAC, tombou por volumetria o conjunto Arquitetônico do IBC.

12 – Informações sobre a gestão de tecnologia da informação

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidor – 1 Terceirizados – 11				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	90%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
<i>Considerações Gerais: O Instituto Benjamin Constant tem uma estrutura pequena, por isso, pensamos não nos enquadrar na Política de TI. Estaremos revendo junto a Coordenação Geral de Informática ações para a implementação da Política de Tecnologia da Informação no IBC.</i>					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 – Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n.ºs 5.355/2005 e 6.370/2008 – Não foi utilizado pela Unidade. O Instituto Benjamin Constant solicitou o cancelamento dos cartões e a conta junto ao Banco do Brasil.

14 – Informações sobre renúncia tributária, contendo a declaração do gestor de que os beneficiários direto da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social – Não se aplica. Observando o art. 14 parágrafo 1.º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, não há legislação aplicada a esta Unidade para conceder tal benefício tributário, portanto não há como esta Unidade beneficiar ou se beneficiar de tal concessão de incentivo tributário a qualquer empresa.

15 – Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU

QUADRO A.15.1. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 000.390/2010-0	1.603/2008-TCU - Plenário	9.9	Diligência	Ofício 265/2010 TCU/ADPLAN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Preenchimento do Questionário “Perfil de Governança de TI 2010”					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete da Direção Geral	
Síntese da providência adotada:	
Encaminhado por e-mail para levantamento 2010@tcu.gov.br em 30 de abril de 2010	
Síntese dos resultados obtidos	

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO A.15.1. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 007.448/2010-4			Diligência	Ofício 265/2010 TCU/ADPLAN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Cópia do edital de Pregão 23/2008					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Direção Geral					
Síntese da providência adotada:					
Cópia do Edital de Pregão 23/2008 encaminhado através do Ofício nº 312/2010-MEC/IBC/GAB					
Síntese dos resultados obtidos					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Deliberações do TCU	

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O Instituto Benjamin Constant não tem deliberação do TCU pendente de atendimento no exercício					

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O Instituto Benjamin Constant não recebeu no exercício a Equipe de Auditoria do Órgão de Controle Interno			

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O Instituto Benjamin Constant no exercício não tem recomendações pendentes da Equipe de Auditoria de Controle Interno			

16 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno – Não ocorreu no exercício recomendações pela Unidade de Controle Interno.

17- Outras informações relevantes da Gestão.

Buscamos a adequação permanente das ações desenvolvidas pela Instituição para que os alunos deficientes visuais tenham condições de acesso e permanência nas escolas como no mercado de trabalho, objetivando o exercício pleno da cidadania. Essa Direção continuará trabalhando para a obtenção de mais recursos financeiros e humanos visando o cumprimento efetivo de nossa missão nascida em 1854, missão esta comprovada pelo volume e importância crescente das ações desenvolvidas pela Instituição.

As vagas disponibilizadas pelo Ministério da Educação no ano de 2010 não foram suficientes para suprir a enorme carência de recursos humanos do Instituto Benjamin Constant.

Continuaremos envidando esforços para o crescimento de nossa Instituição junto ao Ministério da Educação/SEESP que tem nos apoiado na realização de nossas atividades.

O sucesso de nossa atuação junto à pessoa deficiente visual depende do engajamento de todos e da visão clara de que a Educação é a via mais segura para a ascensão do homem e essa ascensão só pode ocorrer com uma educação de qualidade, uma Educação que trabalhe as especificidades do educando seja ele criança, jovem ou adulto.

18 – Anexo II DN TCU N° 110, de 1° de dezembro de 2010

Item 1 – Parecer da unidade de auditoria interna – Não houve

Item 7 – Relatório emitido pelo Órgão de Correição com a descrição dos fatos apurados ou em apuração pelas Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL



DECLARAÇÃO

Declaramos que no exercício de 2010 não instauramos Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares com intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2011

Maria Odete Santos Duarte
Diretora Geral do
Instituto Benjamin Constant

Item 8 – Auditorias planejadas e realizadas pelas unidades de controle interno da própria entidade com as justificativas, se for o caso, quanto ao não cumprimento das metas previstas e a indicação dos resultados e providências adotadas – Não se aplica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n. ° 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Instituto Benjamin Constant - IBC** que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 17 de Março de 2011.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Núcia', is positioned above the typed name.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6

Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada